

deral servia para agradar alguns políticos, políticos que, graças ao seu prestígio, conseguiram quotas que serviram para cobrar o preço dos bilhetes. Talvez essa interferência tenha sido feita sem a intenção de contribuir para o câmbio negro dos bilhetes.

(É dado aparte anti-regimental. O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AVALONE JÚNIOR — Mas a verdade é que há três anos estamos fazendo esses comentários, essas afirmações, e no governo Jânio Quadros eu tinha afirmado, S. Exa., recebeu um relatório sobre essas irregularidades, daí resultando a rescisão do contrato com a loteria federal.

Quero frisar, nobre deputado Rocha Mendes, mais uma vez, que não fiz referência a nenhum deputado estadual e falando de improviso, e não tendo a facilidade do improviso, como a maior parte dos parlamentares, às vezes uma frase pode ser ambígua, pode dar má interpretação, mas o meu comentário se prendia a um problema já superado, uma vez que já fora extinto sendo que nem loteria federal temos no momento.

A Sra. Conceição da Costa Neves — Nobre deputado, cada um de nós pode errar. Mas cada um de nós deve ter um mínimo de dignidade para reconhecer o erro cometido. V. Exa., há poucos momentos, exibiu documentos ao nobre deputado Cardoso Alves, dizendo que esses documentos envolviam políticos do âmbito federal. V. Exa., agora, acaba de repetir: "tenho denunciado nobre deputado Cardoso Alves, dizendo que esses documentos envolviam políticos corruptos, que vendem votos e pareceres", logo ao iniciar a sua exposição nesta tribuna, na sessão de quinta-feira. Há anos passados, há dois ou três, V. Exa., num programa de televisão, mencionou o nome honrado de um deputado federal, que foi constituinte e que é ministro, e que não vou deixar de repetir, porque só pode engrandecer esta Casa e a política do Brasil: o ministro Ulisses da Silveira Guimarães. V. Exa. vai, por favor, em homenagem a esta Casa, em homenagem a V. Exa., aos seus ascendentes, descendentes e ao povo deste Estado, mencionar os nomes. V. Exa. vai exibir a documentação, porque V. Exa. está comprometido, face à acusação que fez. V. Exa. deve estar munido daqueles documentos que exibiu, particularmente, ao nobre deputado Cardoso Alves, aqui, ao meu lado. Isso não é caso de segredo.

— (É dado um aparte anti-regimental.)

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. os estava exibindo, e eu ouvi. Eu vi e ouvi, sem querer, porque estava também aqui. Se funcionários ouviram, não sei. Mas eu ouvi. E isso não é caso de segredo.

— (O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. permite um novo aparte? (Assentimento do orador.) Se V. Exa. tem a documentação que comprova a desonestidade de qualquer cidadão, não há necessidade de que seja um político, de que seja um deputado, de que seja um ministro: tem o dever cívico e moral de denunciá-lo. Se V. Exa. já denunciou, está, agora, no dever dobrado de trazer as provas. E, se tem as provas, esta é a oportunidade para V. Exa. exibi-las.

O SR. AVALONE JÚNIOR — O nome de Ulisses Guimarães foi, realmente, focalizado num programa, provocando até uma manifestação da bancada desta Casa. Isso há seis meses.

Eu proporia a esta Casa uma comissão parlamentar para que eu possa depor, porque é do meu interesse, nesta hora, nesta conjuntura nacional, contribuir para o desarmamento dos espíritos. Aliás, eu até pretendia sugerir ao Sr. Presidente a constituição de comissão parlamentar federal, porque fiz acusações na área federal.

Durante os três anos e meio em que tenho permanecido nesta Casa, tenho-a valorizado, tenho prestigiado os companheiros e assistido, melancolicamente, a algumas passagens, que até provocaram sessões secretas. Até com V. Exa., há uma semana, houve o caso com o deputado Farabollini Júnior, que chamou o Sr. Governador de "canalha", e V. Exa. pediu à guarda que o prendesse. Um espetáculo desolador! Entretanto, os Srs. líderes não se reuniram. V. Exa. foi agredida por um parlamentar, nesta Casa. Espetáculo profundamente desolador para a democracia.

— (É dado um aparte sem solicitação.)

O SR. AVALONE JÚNIOR — De forma que o meu desejo é de uma mensagem fraternal. E lamento que tenha...

— (É dado um aparte sem solicitação.)

O SR. AVALONE JÚNIOR — V. Exa. dá licença, nobre deputada? Este é cambista de Bauru, muito conhecido por Totó. Seu nome é João Dias da Silveira. Este moço, há quatro anos me procurou para dizer que ele, com seis operações, cego de uma vista, devia subordinar-se a um vendedor de bilhetes de Lins, que recebia uma cota de 100 bilhetes, e que esse vendedor, Geraldo Passini, era chefe do Gabinete do Sr. Ulisses Guimarães, em São Paulo.

— (É dado um aparte anti-regimental.)

O SR. AVALONE JÚNIOR — Chefe do escritório, aqui, em São Paulo Estou fazendo referência a Geraldo Passini, atualmente chefe do escritório do Sr. Ulisses Guimarães. Mas vamos omitir Ulisses Guimarães.

— (São dados apartes anti-regimentais.)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar fortemente a campainha) — Os apartes só podem ser dados quando consentidos pelo orador.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Geraldo Passini é cunhado do Sr. Ulisses Guimarães.

— (É dado um aparte anti-regimental.)

O SR. AVALONE JÚNIOR — Esse moço pediu a nossa interferência para que ele não tivesse que comprar bilhetes de terceiros e me expôs: Sr. deputado Avalone Júnior, aquele moço recebe 100 bilhetes de 4 milhões. Estes bilhetes custam para ele 367 cruzeiros. Eu pago 600 cruzeiros e ele ganha 23 mil e trezentos cruzeiros em cada extração. Na loteria de Natal ganha 300 mil cruzeiros. Foi tentar no Rio e lá me disseram: as cotas estão todas distribuídas para políticos nacionais.

— (São dados apartes anti-regimentais.)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar fortemente a campainha) — A Presidência apela à nobre deputada Conceição da Costa Neves no sentido de que os apartes só podem ser proferidos quando concedidos pelo orador.

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. permite um aparte?

O SR. AVALONE JÚNIOR — Tem V. Exa. o aparte.

A Sra. Conceição da Costa Neves — Nobre deputado Avalone Júnior, V. Exa. cita depoimento de um cidadão para mim inteiramente desconhecido. V. Exa., que é um deputado, V. Exa. disse que esteve no Rio de Janeiro e que lá disseram a V. Exa. que as cotas estavam distribuídas a políticos. V. Exa. vai, a menos que não tenha noção de responsabilidade do que está dizendo, V. Exa. vai dizer nesta Casa, neste momento, que é o melhor momento de V. Exa. fazer um depoimento, o nome dessas pessoas. V. Exa. vai desculpar-me, mas não posso entender que V. Exa. queira propor a esta Casa, ao Sr. Presidente, que não tem competência para tanto, a formação de uma comissão de inquérito de âmbito federal.

O SR. AVALONE JÚNIOR — É uma sugestão. Eu tenho o direito de propor ou falar o que desejo. Quem foi convocado para isso, a nobre deputada ou eu?

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Está com o aparte a nobre deputada Conceição da Costa Neves pelo prazo regimental.

A Sra. Conceição da Costa Neves — Estou com a palavra — a menos que V. Exa. a cesse — pelo tempo regimental para aparte, como acaba de anunciar o Sr. Presidente. V. Exa. não foi convocado para falar, V. Exa. foi convocado para provar aquilo que já falou. V. Exa. fez denúncias na televisão e fez denúncias aqui, e acaba de querer confirmar a sua denúncia, que já agora passa para a boca de um cidadão que ninguém sabe quem é ou até se existe. Essa a documentação que V. Exa. precisa exibir a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — O tempo regimental do aparte de V. Exa. está terminado.

A Sra. Conceição da Costa Neves — Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. deputados, na sexta-feira ocupei a tribuna às 15,30 horas e às 16 horas viajei diretamente para Bauru. A imprensa mal informada diz que não compareci à sessão secreta. As duas horas da madrugada cheguei a Bauru e recebi telefonema do deputado Abreu Sodré, com o qual mantive contato na manhã seguinte. Havia sido convocado para uma sessão secreta. Consequentemente consulto a Presidência se tinha a obrigação de participar de uma sessão secreta para a qual não havia sido convidado. Primeiro, que não possa aparecer perante a opinião pública como um homem que fugiu — um fujão —; segundo, que tenha o direito de apresentar o documento que tenho numa sessão secreta e não em sessão pública, e reafirmo aqui a fidelidade da minha luta nesta Casa. Vim a esta Casa hoje e pedi aos companheiros que me ajudassem a engrandecer este Legislativo e que me ajudassem a não denegrir esta Casa... (Não apoiados).

— (São dados apartes anti-regimentais.)

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — Os apartes só podem ser dados quando permitidos pelo orador.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. só poderá falar pela ordem com o consentimento do orador.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Fica de pé a minha sugestão que é

um direito que devo ter; anunciou-se uma sessão secreta, realizou-se o eu não estive presente.

Tem a palavra para levantar a sua questão de ordem o nobre deputado Arruda Castanho.

O SR. ARRUDA CASTANHO — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, pediria a V. Exa., com a autorização do nobre orador, que passasse às minhas mãos as notas taquigráficas do discurso do nobre deputado Avalone Júnior, na última sessão desta Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência entregou-as ao nobre deputado Hilário Torkoni. V. Exa. poderá consultá-las.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Nobre deputado Avalone Júnior, aqui há um engano de V. Exa. quanto ao fato de não estar avisado da realização da sessão secreta. Se V. Exa. ler o discurso publicado "sem revisão do orador", no "Diário Oficial", V. Exa. verá que no seu discurso reiterou acusações feitas na televisão, e deve estar também no seu discurso uma questão de ordem onde se comunicava à Casa que íramos pedir uma sessão secreta para o exame da matéria.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Já me havia retirado, Excelência. Não estava na Casa. Teria grande interesse nessa sessão. Realmente não me encontrava em plenário e nem nesta Casa quando se sugeriu a sessão secreta. Daqui embarquei para Bauru, de automóvel, e só soube da sessão secreta no dia seguinte. Lamentei a minha ausência a essa sessão secreta porque tinha interesse em estar presente a ela.

O SR. ARRUDA CASTANHO — Nobre deputado, vou reler o seguinte, quando V. Exa. terminou o seu discurso com as seguintes palavras: (Lê) "Queremos informar à juventude de Bauru que todas as dificuldades que estavam impedindo o funcionamento em 1962 foram superadas, graças ao apoio e boa-vontade do magnífico Reitor da Universidade ao Prof. Carvalho Pinto, enfim, a todos os elementos que direta ou indiretamente contribuíram para que Bauru tenha ainda este ano sua grande vitória com o funcionamento da Faculdade de Odontologia ligada à Universidade."

O SR. ARRUDA CASTANHO — (Para reclamação) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, quero comunicar a V. Exa. que, para esclarecer as acusações do deputado Avalone Júnior encaminharei à Mesa, dentro de poucos minutos, um pedido para realização de sessão secreta, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — O pedido de V. Exa. é regimental. A Mesa aguarda requerimento nesse sentido, por escrito.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Nobre deputado Arruda Castanho, infelizmente não estava em plenário. Teria grande prazer de participar dessa reunião.

O Sr. Camillo Ashcar — Nobre deputado Avalone Júnior, não haverá surpresa na atitude que vou tomar perante V. Exa. porque após ouvir o seu discurso e a entrevista no Canal 5, tive oportunidade de discutir o problema pessoalmente com V. Exa. em termos bastante elevados que revelavam a minha incipiente a algumas afirmações que V. Exa. explicou depois. Verifico que essas afirmações vêm sendo reiteradas com o decorrer do tempo. É possível que nem todos tenham o dom da palavra, mas V. Exa. é brilhante jornalista, é orador eloquente, fala com grande facilidade, sabe dominar o pensamento, e a reiteração de algumas acusações faz pressupor que V. Exa. tem, ou teria, elementos muito seguros para fazer as afirmações que fez. Quero declarar a V. Exa. que das afirmações feitas nos canais de televisão de São Paulo, nos discursos de Pequeno Expediente, resultou para mim a impressão nítida de que V. Exa. lançou dúvida sobre o caráter e a conduta quer de deputados federais, quer de deputados estaduais. Isto não resta a menor dúvida, porque quando V. Exa. faz um discurso no Pequeno Expediente, onde não são permitidos apartes, e diz dos fariseus e religiosos que combatem a loteria, será que V. Exa. não acredita que alguns idealistas combatem a loteria por princípio? V. Exa. no Pequeno Expediente declarou que sabe que aqueles que combatem a loteria estadual são estipiendados pela loteria federal. Então ninguém pode combater a loteria estadual sem ser estipiendado por qualquer tipo de jogo, em qualquer âmbito, estadual ou federal? Vou demonstrar a V. Exa. que há discursos de V. Exa., pelo menos dois nesta Casa, fazendo assertivas desse teor. Ora, V. Exa. comparecendo a esta Casa e declarando que as acusações são sobre deputados federais e não estaduais, rende uma homenagem a esta Casa, mas a meu ver, com o respeito que me merece, e com o respeito à amizade que tenho por V. Exa., está fazendo a sua defesa com um autêntico diversionismo, porque não é suficiente que V. Exa. venha à Assembleia — para onde foi convocado a fim de esclarecer o seu pensamento, é verdade, mas também para, se possível, provar as acusações que fez — alegar que não incluiu nas suas denúncias, suspeitas ou dúvidas nenhum deputado estadual, permaneceria de pé qualquer dúvida sobre os deputados estaduais. Então me coloco na situação de até ser acusado por V. Exa., e se V. Exa. conhece qualquer parlamentar desta Casa que esteja a combater ou a favorecer a loteria estadual por qualquer interesse subalterno, tem o dever inelutável de dizê-lo hoje, e se V. Exa. sabe de algum deputado federal, senador da República que esteja envolvido numa negociação imoral como esta para ganhar dinheiro à custa do jogo, não pode deixar essa tribuna sem dar os nomes e definir as responsabilidades. É o apelo que preliminarmente faço a V. Exa., apelo que é uma advertência, porque pretendo ocupar a tribuna para mostrar que há nesta Casa homens de religiões diferentes que combatem há muitos anos a loteria estadual e qualquer tipo de jogo e não são fariseus, e há um grande perigo na atuação de V. Exa., nobre deputado Avalone Júnior: é porque se suspeita paírar em torno desse problema, pode recair muito mais sobre os ombros de V. Exa. que vem lutando com entusiasmo exagerado pela implantação da loteria estadual em São Paulo.

O SR. AVALONE JÚNIOR — Respondo ao deputado Camillo Ashcar, mais uma vez salientando que não há a menor referência aos 91 deputados desta Casa. Continuo reafirmando que todas as minhas pregações se referem à área federal, e esta minha obstinada luta em favor da misericórdia foi sugerida exatamente pela Federação das Misericórdias, num memorial apresentado por ela a S. Exa. o Governador Carvalho Pinto.

O Sr. Camillo Ashcar — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador.) Já aí está um argumento digno de misericórdia.

O SR. AVALONE JÚNIOR — É a minha luta em favor das santas-casas. Continuaremos a lutar pelas santas-casas. Há, neste País, um déficit de 300 mil leitos. Não me interessa saber se amanhã alguém poderá dizer que tenho interesse em caixinhas de loteria. É uma luta obstinada. Assumi este compromisso com 354 santas-casas e hei até o fim sem, absolutamente, arranhar a honorabilidade de 91 parlamentares desta Casa.

Quero salientar bem à imprensa que se fui infeliz em alguma frase, que fique agora, neste plenário, a reafirmação do meu grande apelo aos srs. parlamentares. Não vou destacar um ou outro. Poderia destacar o deputado Rocha Mendes Filho, porque S. Exa. foi o relator da emenda, que, aliás, ainda não foi aprovada. O comportamento de S. Exa. foi tão elegante que disse: "Sou contrário". A maioria da Comissão de Justiça é contra a nossa emenda. Queremos dizer que esse projeto só poderá virar com a reforma constitucional e há quinze anos se tenta dar uma Constituição à altura de São Paulo. Estou lutando por uma ideia, faço uma pregação pela defesa das misericórdias, há três anos. Este problema eu não o procurei. Ele veio a mim. Está aqui o trecho da carta deste moço.

A Sra. Conceição da Costa Neves — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. AVALONE JÚNIOR — Com licença. Quero ler a carta.

(Lê) "Serve esta para informar que desde 1958 vinha solicitando do deputado Avalone Júnior para que intercedesse em meu favor, para que eu conseguisse uma cota de bilhetes diretamente da concessionária, pois me achava desde 1957 subordinado ao sr. Márcio Gilberto Ramalho De Vecchi, da cidade de Itu, amparado por um deputado federal, e desde 1958 bilhetes que pertenciam ao repartido do Sr. Geraldo Passini, através de seus intermediários, da cidade de Lins, cunhado de uma alta personalidade do parlamento federal".

Este moço é que me colocou na área da loteria. Foi justamente entrar em contato com o problema. Investiguei e vi que a loteria federal servia para agradar a deputados da área federal de todo o Brasil, não de São Paulo. Os de São Paulo são poucos.

Tomei conhecimento lá na Rua Senador Dantas, 176. Foi saber quem vendia bilhetes para Bauru e vi que residia na Rua Olavo Bilac, em Lins. Não tenho faro policial. Foi eleito pelo povo para defender a minha região, trazendo um programa de lutas a esta Casa.

Quero dizer que não fui precurar o problema. Ele veio às nossas mãos. Daí a nossa pregação. Assim como o deputado Camillo Ashcar é obstinadamente contrário à loteria, sou favorável, como sou contra o jogo de maneira geral. Mas se ele existe, eu luto para que seja regulamentado. Já disse também que se o Governo de São Paulo conseguir fazer com que a loteria de outros Estados, inclusive a federal e a internacional, não sejam vendidas neste Estado, serei contra a loteria. Mas temos um Governo opulento, com Plano de Ação, que vem, graças a Deus, participando com 25% das necessidades financeiras das misericórdias, que representam, entretanto, um déficit terrível. As redes hospitalares brasileiras apresentam nas misericórdias e há um "déficit" de 300 mil leitos. Portanto, quero fazer pregação, reafirmar a minha posição nesta luta. Continuarei lutando.

Disseram os jornais que meu mandato será cassado. Se isso acontecer, continuarei lutando sem o mandato, continuarei lutando por esse ideal, ou voltarei para esta Casa com o dobro da votação.